

GLOBALIZAÇÃO NÃO-HEGEMÔNICA E MUDANÇAS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM **NON-HEGEMONIC GLOBALIZATION AND CHANGES IN THE HISTORIC CENTER OF BELÉM** ANA BEATRIZ DE MACEDO, HELENA TOURINHO, NADIME FRÓES

Ana Beatriz Fernandes de Macedo é Arquiteta, Mestre e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. É pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia (UNAMA). anabeatrizfmacedo@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1754719466494278>

Helena Lúcia Zagury Tourinho é Arquiteta e Doutora em Desenvolvimento Urbano. É professora da Universidade da Amazônia (UNAMA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da mesma instituição. É líder do grupo de pesquisa em Mercado Imobiliário em Centro Histórico (Módulo Belém). helenazt@uol.com.br

<http://lattes.cnpq.br/528311746025337>

Nadime Alvarenga Fróes é Arquiteta, e estuda intervenções nos imóveis do Centro Histórico de Belém no grupo de pesquisa em Mercado Imobiliário em Centro Histórico (Módulo Belém) da Universidade da Amazônia (UNAMA). alvarenganadime@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5441769804648549>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: MACEDO, A. B. F.; TOURINHO, H. L. Z.; FRÓES, N. A. Globalização não-hegemônica e mudanças no centro histórico de Belém. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/735/735pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Desde o século passado, a globalização não hegemônica tem sido vista como oportunidade de negócio por países asiáticos que passaram a produzir e exportar produtos de baixo custo, mediante a constituição de redes estruturadas em forma de pirâmide e compostas por fornecedores, produtores, distribuidores e vendedores. No extremo dessas redes, estão as relações de compra e venda estabelecidas, normalmente, entre asiáticos e consumidores locais, que vêm alterando espaços terciários urbanos tradicionais, visto que, a contra-hegemonia surge como reação à globalização (hegemônica e não hegemônica), por meio de ações e/ou lutas pela distribuição democrática de riqueza. O presente artigo analisará como tal processo se apropria dos espaços e como a dialética global-local resulta em mudanças no uso e ocupação dos solos de centros históricos. Para isso, com base em pesquisa bibliográfica, será discutido o papel dos transmigrantes asiáticos nos processos socioespaciais recentes, observados em centros históricos. Em seguida, a partir do levantamento de campo, será mensurada, caracterizada e analisada a distribuição espacial dos imóveis ocupados para a comercialização de mercadorias populares, de procedência asiática, no Centro Histórico de Belém (CHB). Dessa forma, o trabalho mostrará: (i) a expressiva quantidade e concentração espacial de imóveis do CHB que transacionam mercadorias do circuito da globalização não hegemônica de procedência asiática; (ii) que além de estabelecimentos gerenciados por transmigrantes, existe um grande número de lojas comercializando, predominantemente, produtos de origem asiática; (iii) que o comércio popular de mercadorias procedentes de países asiáticos está redefinindo a divisão social do espaço no CHB.

Palavras-Chave: Globalização não hegemônica, Patrimônio cultural, Comércio popular, Comerciantes asiáticos, Centro histórico de Belém

1 Introdução

A globalização é o processo caracterizado pelo aumento da interdependência entre países e pela compressão do espaço-tempo, proporcionada pelos meios de transporte e comunicação cada vez mais rápidos (HARVEY, 1992; 2005; 2013). Mais recentemente, observa-se o aprofundamento da chamada globalização não hegemônica ou globalização popular, que articula agentes capitalistas poderosos às camadas desfavorecidas da sociedade através do fluxo de mercadorias populares (RIBEIRO, 2006; 2009; 2010; 2011). Neste sentido, Santos (2007) sugere que o movimento contra hegemônico de insatisfação a nível global, com a reprodução hegemônica do capital, ocasiona a transformação do modo de enfrentamento ao capitalismo, mediante a globalização da luta pela distribuição democrática de riqueza, influenciada pelo princípio de que: “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2002a, p. 75).

A globalização contra-hegemônica, portanto, refere-se a um processo de reações locais às forças globais (hegemônicas e não hegemônicas) que, em contrapartida, promovem conexões translocais por meio de operações e redes transnacionais que compartilham de um mesmo propósito (SANTOS, 2002a). No presente artigo, entende-se a globalização não hegemônica ou globalização popular como o movimento paralelo ao da globalização hegemônica, em que frações de grupos dominantes se aliam ou não a grupos locais articulados à ampla rede organizada em escala global, inclusive, a partir da coalizão formada entre capitais e transmigrantes asiáticos, para produzir e/ou comercializar bens de consumo e serviços de baixo custo e, normalmente, de padrões de qualidade similares aos ofertados pelas cadeias produtivas vinculadas aos circuitos da globalização hegemônica. Este tipo de globalização conquista cada vez mais força e tem se manifestado, especialmente, pela ocupação de grande quantidade de imóveis por lojas de produtos asiáticos, normalmente controladas por transmigrantes da mesma origem.

Os processos de globalização buscam promover a homogeneização sociocultural, econômica e espacial, já que difundem processos uniformizados em termos de relações sociais de produção e a massificação do consumo e estão, direta ou indiretamente, atrelados às cadeias voltadas para a reprodução ampliada do capital. Entretanto, tal homogeneização não ocorre do mesmo modo nos diversos segmentos sócio-espaciais, não só porque a globalização é seletiva em suas alocações pelo globo, mas porque deve ajustar-se e, não raras as vezes, reelaborar processos políticos, econômicos,

culturais e os ambientes locais construídos, que devem estar inseridos tanto na perspectiva transnacional, como também aportados em locais e lutas concretas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007; SANTOS, 2002a; SANTOS 2002b). Assim, entende-se a relevância de identificar e procurar compreender as manifestações e configurações espaciais, notadamente, no que concerne aos impactos que se promovem em centros históricos, espaços socialmente produzidos e de grande valor cultural e simbólico.

Desenvolvido no âmbito dos estudos urbanos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Universidade da Amazônia, e inserido no grupo de pesquisa e estudo do funcionamento do mercado imobiliário em centros históricos das cidades brasileiras (MICH), o presente artigo tem por objetivo investigar como esse processo de globalização está se operando no Centro Histórico de Belém (CHB), localizado no Estado do Pará. Sobre este centro, destaca-se que desde o período colonial abastece não somente a população local, mas também municípios vizinhos e comunidades rurais conectadas via estrada e/ou rio. Por ser uma pesquisa com fins explicativos e exploratórios, combinou-se o conjunto de procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica (conceituação sobre globalização hegemônica, não hegemônica e contra hegemônica); documental (para a comparação em relação ao tipo de uso do solo antes e depois da intensificação da ocupação asiática) e o estudo de caso no CHB (observações e visitas in loco, para a sistematização dos estabelecimentos comerciais que estão atrelados a essa lógica).

Além da introdução, o artigo é composto por três partes. Após apresentar um apanhado geral sobre como os centros urbanos e, sobretudo, os centros históricos vêm se transformando diante dos processos de globalização, discutir-se-á o papel desempenhado pelo transmigrante na formação de redes que articulam e conectam fronteiras internacionais. Em seguida, será analisado como o CHB se comporta face às referidas mudanças, quantificando, caracterizando e espacializando os imóveis onde há comercialização de produtos populares de procedência asiática, com ou sem a presença de transmigrantes asiáticos no controle dos caixas de pagamento dos estabelecimentos de comércio e serviços. Por fim, serão ponderados os possíveis caminhos a serem percorridos, em função dos resultados observados no CHB.

2 Globalização e Centro Histórico

O espaço urbano é o conjunto de usos dos solos fragmentados e articulados por pontos de encontro, destinados à realização de ações sociais, circulação do capital e compartilhamento de informações. A localização com acessibilidade máxima no espaço urbano é denominada de centro principal e, geralmente, é a área mais bem servida por sistemas de transportes, infra-estruturas e de equipamentos urbanos. Além disso, é onde se define, ao longo do tempo, a porção denominada de centro histórico da cidade, sendo um lugar de convergência de pessoas, ideias, bens e serviços e encontro de referências e elementos que conferem a identidade que melhor caracteriza o urbano (CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2012; TOURINHO, 2007).

Ao estudar os processos gerais de transformações vivenciados pelos centros tradicionais e os centros históricos das cidades brasileiras, torna-se possível identificar três momentos distintos: o primeiro momento é marcado pela instalação de estações ferroviárias e/ou portos que se convertem em nós de transporte inter-regional. Assim, para reduzir os custos de escoamento de produtos, diversas atividades se aglomeraram nas áreas de transbordo, tornando-as foco dos transportes interurbanos e, com a formação da cidade, em pontos de acessibilidade máxima. A economia de aglomeração, assim gerada, deu origem à centralidade principal da cidade, o que se costuma denominar centro (VILLAÇA, 2012). A área chamada de centro histórico é, geralmente, formada na primeira fase. Assim sendo, é responsável por polarizar grande parte das funções sociais, administrativas, econômicas e religiosas da cidade, adquirindo carga histórica e simbólica ao longo de diversas gerações.

O segundo momento é caracterizado pela descentralização das atividades econômicas e pelo deslocamento das moradias das camadas de maior renda para outras áreas da cidade. Este processo, cuja manifestação espacial é a formação de subcentros, decorre tanto de fatores endógenos como exógenos ao centro tradicional, tais como: o crescimento populacional e espacial da cidade, que aumentou as distâncias a nível de tempo e custo (casa-compras); o desenvolvimento do sistema de transportes e o uso do automóvel; a necessidade de acumulação ampliada do capital, em especial, do capital imobiliário e o aumento do preço da terra e dos imóveis situados no centro, que dispersaram as atividades que não podiam pagar pelos benefícios oferecidos, ao passo que as outras partes da cidade ofertavam terras em abundância por baixo custo

(CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2012). Com a saída das atividades e moradias voltadas às camadas de maior renda, há uma mudança no papel dos centros históricos que começam a ser ocupados por atividades de comércio e serviços destinados às camadas populares. Além disso, diversos imóveis ficaram desocupados, subutilizados, e sofreram processos de degradação total ou parcial, comprometendo o patrimônio histórico arquitetônico (CAPEL, 2013).

O terceiro momento trata do cenário vivido nas últimas décadas e decorre, sobretudo, da intensificação de processos de globalização. O aumento da interdependência das economias mundiais, no que se refere à circulação de informações, dinheiro, pessoas e bens para além das fronteiras nacionais, redefine o “aqui” e o “agora” e promove o “encurtamento de distâncias” entre países e lugares, a partir de meios de transporte e comunicação cada vez mais ágeis (HARVEY, 1992). Essa facilidade de articulação entre países foi vislumbrada como uma oportunidade de negócio por empresas transnacionais que desejavam incorporar novos mercados consumidores.

Diante da intensificação do processo de acumulação capitalista, os centros históricos vêm se inserindo cada vez mais nas redes internacionais através de duas cadeias conectadas à globalização. Uma é a que articula o centro histórico com a globalização hegemônica, incorporando-o à competição internacional a partir da reconfiguração urbana pela implantação de projetos imobiliários e econômicos, sobretudo os relacionados ao turismo e/ou complexo de multiuso (SMITH, 2002; WYLY; HAMMEL, 2005; RUFINO, 2017). Essa solução, quando levada a cabo pelo Estado, busca a atração de capital para investir nos centros de forma direta ou indireta, utilizando como estratégia a reabilitação destas áreas e a concessão de incentivos fiscais, dentre outros. A segunda cadeia está atrelada à globalização não hegemônica, que permeia e organiza diversas redes funcionando como uma pirâmide em que os agentes transnacionais poderosos estão no topo, mas precisam da participação das camadas mais pobres da sociedade para movimentar o sistema. Para tanto, oferecem-lhes o acesso ao fluxo de riqueza, produzindo e comercializando produtos de baixo custo produtivo, similares aos ofertados pelos detentores dos meios de produção situados nos países ricos e avançados (RIBEIRO, 2006; 2011).

Vale ressaltar que as empresas transnacionais se aproveitam da globalização para instalar cadeias produtivas em nações que possuem mão-de-obra barata e mercado consumidor com potencial para a expansão. Países asiáticos que apresentavam significativas taxas de pobreza extrema em 1990, conforme os critérios da ONU (2015), como o Vietnã, a Malásia, e, o principal deles, China, incorporaram e exploram essa lógica de produção e circulação das mercadorias. Constituem, então, relação com o centro histórico de outros países por teias complexas e transculturais que vinculam produtores, distribuidores e consumidores (MASSEY et al., 1990; APPADURAI, 2006).

O presente trabalho possui um enfoque direcionado à configuração espacial do processo de globalização não hegemônica no CHB, partindo do pressuposto de que, ainda que seja quase impossível visualizar completamente a rede, na sua ponta final há uma relação entre consumidor e vendedor, na qual o transmigrante asiático pode configurar o papel de gerente de vendas ou vendedor. Schiller, Basch e Blanc (1995) definem o transmigrante como figura ou grupo não institucional que atravessa um país e depende de múltiplas conexões através de fronteiras internacionais. Apesar de “aqui” localizados, estão empenhados com a rede “acolá”, criando contatos, instituições, transações, influenciando e sendo influenciados pelos acontecimentos do país para qual emigraram, a nível nacional e regional. Além do mais, podem transformar a paisagem urbana dos locais que ocupam, imprimindo marcas de sua cultura no espaço urbano da sociedade que agora integram, fazendo com que os agentes e o espaço se adaptem à sua presença.

Os comerciantes asiáticos que vão para outros países arregimentam trabalhadores conterrâneos e mantêm contato mais próximo com os fabricantes e fornecedores dos produtos asiáticos, estabelecendo relações diretas entre o país consumidor e seus países de origem. É válido ressaltar que os centros históricos sempre receberam grupos étnicos de comerciantes a nível internacional, a exemplo dos italianos, portugueses, alemães, holandeses, japoneses e outros. A diferença é que atualmente a migração está umbilicalmente ligada a um sistema mundial da globalização não hegemônica, pois arregimenta grande quantidade de indivíduos para estruturar trajetos e redes de produção e circulação de mercadorias e de capital global.

3 Globalização não Hegemônica e Ocupação do CHB

A cidade de Belém, conforme apresentado abaixo na figura 1, está localizada nas margens da Baía do Guajará e é uma importante metrópole amazônica. Seu centro histórico, composto pelos bairros da Campina, parte do bairro da Cidade Velha e a área portuária dos bairros Reduto e Umarizal, foi criado pela Lei Municipal Nº 7.401/1988, tombado pela Lei Orgânica do Município de Belém de 1990 e delimitado pela Lei Municipal Nº 7.709/1994, que estabeleceu parâmetros para o uso e a ocupação do solo. O Centro Histórico de Belém possui, como universo total 3.079 lotes e 7.339 imóveis, sendo 1.708 de valor histórico (LIMA, 2015).

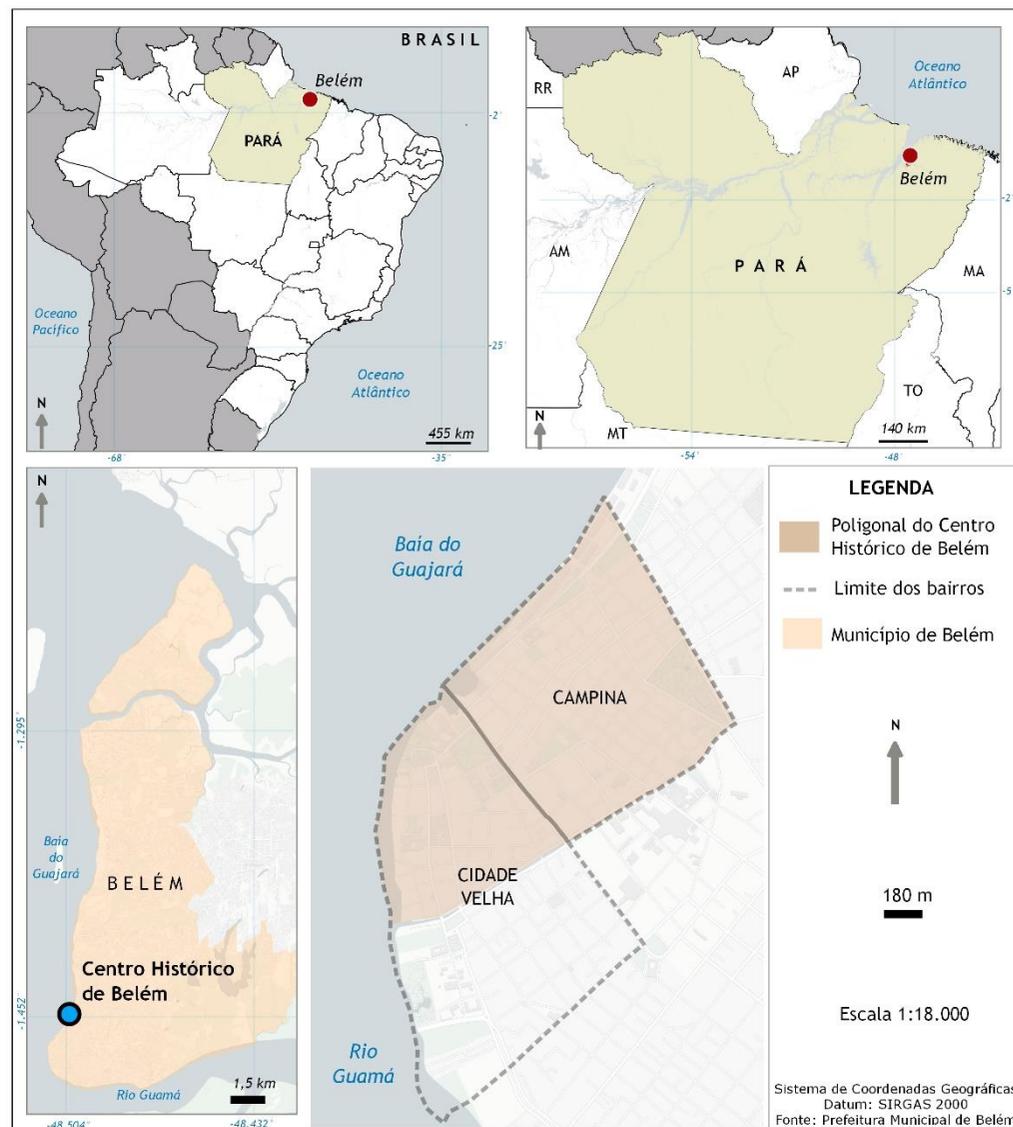


Fig. 1: Localização de Belém e de seu Centro Histórico. Fonte: GUSMÃO, 2021.

A ocupação não indígena do CHB teve início no século XVII, em um sítio considerado pelos colonizadores portugueses como estratégico para a defesa do território e o controle da bacia do Rio Amazonas. Com o fluxo de capital advindo da exploração da borracha, na segunda metade do século XIX, a economia regional foi fortalecida, consolidando o CHB como a principal centralidade de Belém e de toda a Região Amazônica. O crescimento urbano e o processo de descentralização que o seguiu fez com que nos anos 1960/70 o CHB já exibisse indícios de decadência física. No bairro da Campina, o uso habitacional unifamiliar horizontal dava lugar ao multifamiliar verticalizado e os prédios com comércios, serviços e estabelecimentos mais sofisticados eram substituídos ou reformados (LIMA, 2015; LACERDA et al., 2018) ou eram deslocados para bairros das proximidades. Nos anos 1980, o aparecimento de shopping centers e de condomínios fechados em outras áreas da cidade acelerou o deslocamento das camadas mais abastadas da sociedade para áreas do entorno ou distantes do CHB (MERCÊS; TOURINHO; LOBO, 2014; LACERDA et al., 2018).

A expansão da malha urbana, a descentralização de atividades e o deslocamento das residências de famílias mais abastadas para outros bairros provocaram transformações nas funções do CHB. Edificações do referido centro histórico foram abandonadas ou subocupadas e muitos imóveis tombados ou de interesse à preservação passaram por processos de deterioração. Para reverter essa dinâmica e fomentar a atividade turística, o poder público, principalmente a partir dos anos 1990, investiu em intervenções urbanísticas, a exemplo da requalificação da área portuária, como ilustrado pela figura 2 (MERCÊS; TOURINHO; LOBO, 2014; LIMA, 2015; LACERDA et al., 2018). Entretanto, tais ações não foram suficientes para causar a gentrificação clássica¹, nem para conter o processo de degradação, embora alguns autores identifiquem o início de gentrificação de consumo (TRINDADE JUNIOR; AMARAL, 2006; TRINDADE JUNIOR, 2018).



Fig. 2: Intervenção na Estação das Docas. Fonte: Pará Turismo, 2000. Disponível em: <http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamaismercadosociosociais/ociosociais/eventos/belem/estacao>. Acesso: 04 nov. 2022.

Progressivamente, o perfil das mercadorias e serviços instalados no CHB foram alterados. No primeiro momento, marcado entre os anos 1970 e início dos anos 1990, os estabelecimentos destinados a atender camadas médias e abastadas foram desocupados ou substituídos por estabelecimentos voltados para o atendimento de segmentos populares em geral. Em seguida, diversos imóveis passaram a abrigar atividades de venda de produtos de origem asiática, chefiados ou não por transmigrantes da Ásia (LACERDA et al., 2018).

Para mensurar e especializar a ocupação imobiliária pelos asiáticos no CHB, o grupo de pesquisa Mercado Imobiliário em Centros Históricos (MICH) realizou, entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019, um levantamento de campo de todos os imóveis que comercializavam produtos importados populares de procedência asiática e classificou-os em dois grupos: os que tinham suas caixas registradoras controladas por brasileiros e aqueles que eram gerenciados por asiáticos. A localização dos imóveis, para fins de mapeamento, foi feita com o auxílio da ferramenta *Google Street View*. Além disso, mediante visita in loco, os pesquisadores, na condição de compradores, coletaram os cartões de visita e impressos publicitários vinculados aos estabelecimentos que vendem produtos populares asiáticos, o que auxiliou na categorização dos produtos comercializados, uma vez que os comerciantes asiáticos se recusaram a participar da pesquisa. Parte destes cartões e anúncios podem ser vistos na figura 3 (TOURINHO et al., 2019):

¹ Sobre o conceito de gentrificação ver, dentre outros: Gottdiener, Budd e Lehtovuori (2016).



Fig. 3: Cartões de Visitas e Anúncios Publicitários das lojas levantadas. Fonte: Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiatcos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_d_e_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

A figura 4 a seguir mostra que a presente pesquisa identificou 394 imóveis do CHB que comercializavam quase exclusivamente artigos asiáticos, sendo que 392 estavam localizados no bairro da Campina e 77 unidades (19,5%) eram gerenciadas por asiáticos, comparadas à 317 lojas (80,5%) que eram administradas por brasileiros. Estes resultados revelam a extensão e a capilaridade da rede asiática de se ajustar e integrar, inclusive, às elites de comerciantes locais (TOURINHO et al., 2019).

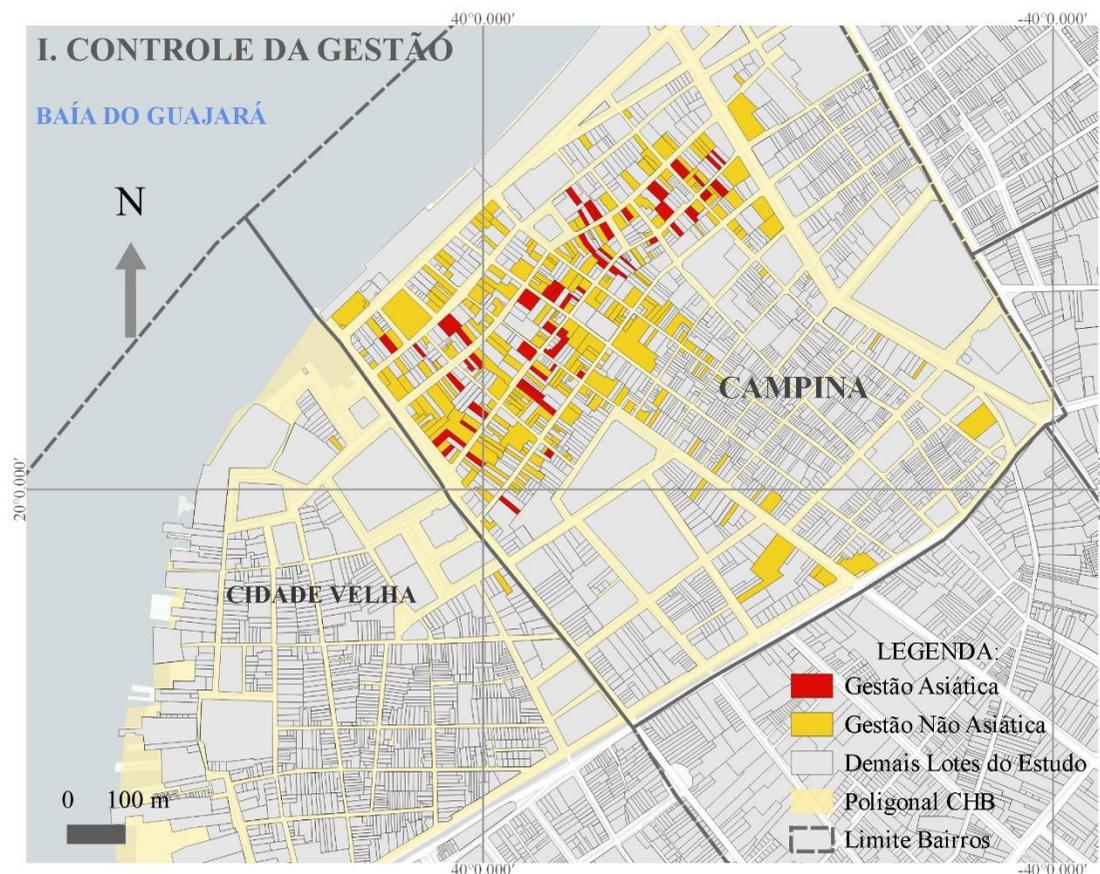


Fig. 4: Unidades imobiliárias atreladas à ocupação asiática e comercialização de produtos asiáticos. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2019.

Analisando a figura 4, nota-se que a localização dos imóveis gerenciados por asiáticos forma um corredor, em torno do qual gravitam os estabelecimentos gerenciados por não asiáticos. Quanto ao número de pavimentos dos edifícios ocupados por estabelecimentos administrados por asiáticos, do total de 77 imóveis ocupados 69 unidades possuem até três pavimentos, o que representa 89,61%. Em seguida, a figura 5 ilustra a preferência pela ocupação de imóveis com até três andares, pois o térreo é utilizado para o comércio varejista, enquanto os demais pavimentos podem ser usados para estocar mercadorias. Assim, a presença desses depósitos é fundamental, não apenas para o abastecimento das lojas propriamente ditas, mas também dos ambulantes, como veremos (TOURINHO et al., 2019).

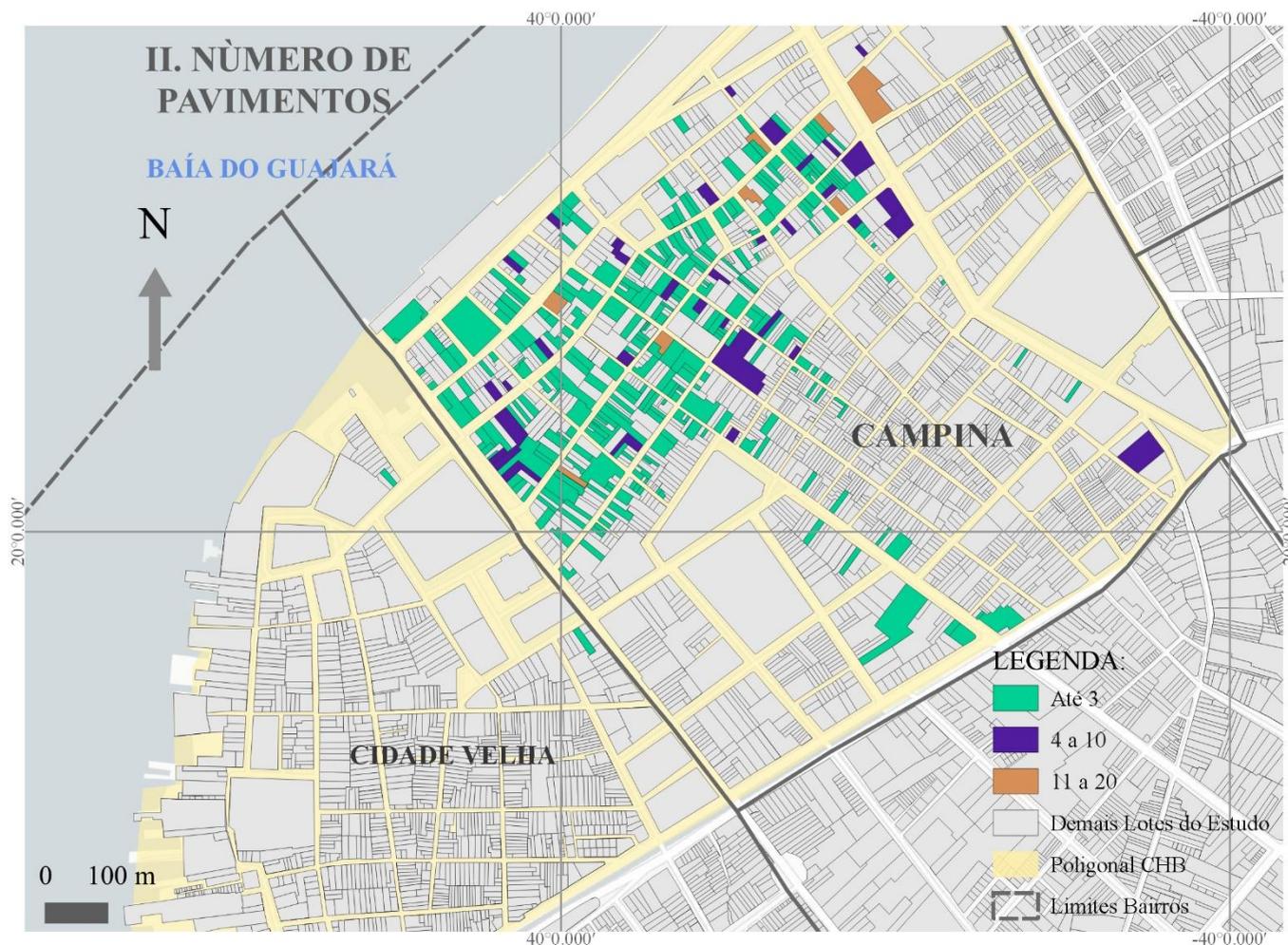


Fig. 5: Número de pavimentos dos imóveis ocupados por negócios asiáticos. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2019.

Os estabelecimentos foram categorizados quanto à classe das mercadorias, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2002. Essa classificação considera que o estabelecimento é especializado em um produto específico se 50% das vendas dizem respeito a este produto, enquanto comércios com mais de quatro classes de produtos são considerados mistos. Ao analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos no CHB quanto à classe das mercadorias comercializadas, utilizando como base a classificação do CNAE (IBGE, 2002), verifica-se, conforme retratado na figura 6², a ocorrência de faixas sequenciais e de especialização das ruas. Nas vias internas prevalece o comércio de vestuário, acessórios, calçados, artigos de viagem, jóias e relógios (Classe D). Nas intermediárias predomina a venda de itens de perfumaria, cosméticos, óticos (Classe C) e mercadorias diversas (Classe M). Nas bordas, situam-se as lojas de equipamentos de informática, de comunicação, de

² Legenda: A – Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico; B – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos; C – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, óticos e ortopédicos; D – Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, calçados, artigos de viagem, jóias e relógios (produtos novos e usados); M - Misto.

áudio, vídeo, iluminação, de instrumentos musicais e artigos de uso doméstico (Classe A), além das papelarias e vendas de artigos recreativos (Classe B) (TOURINHO et al., 2019).

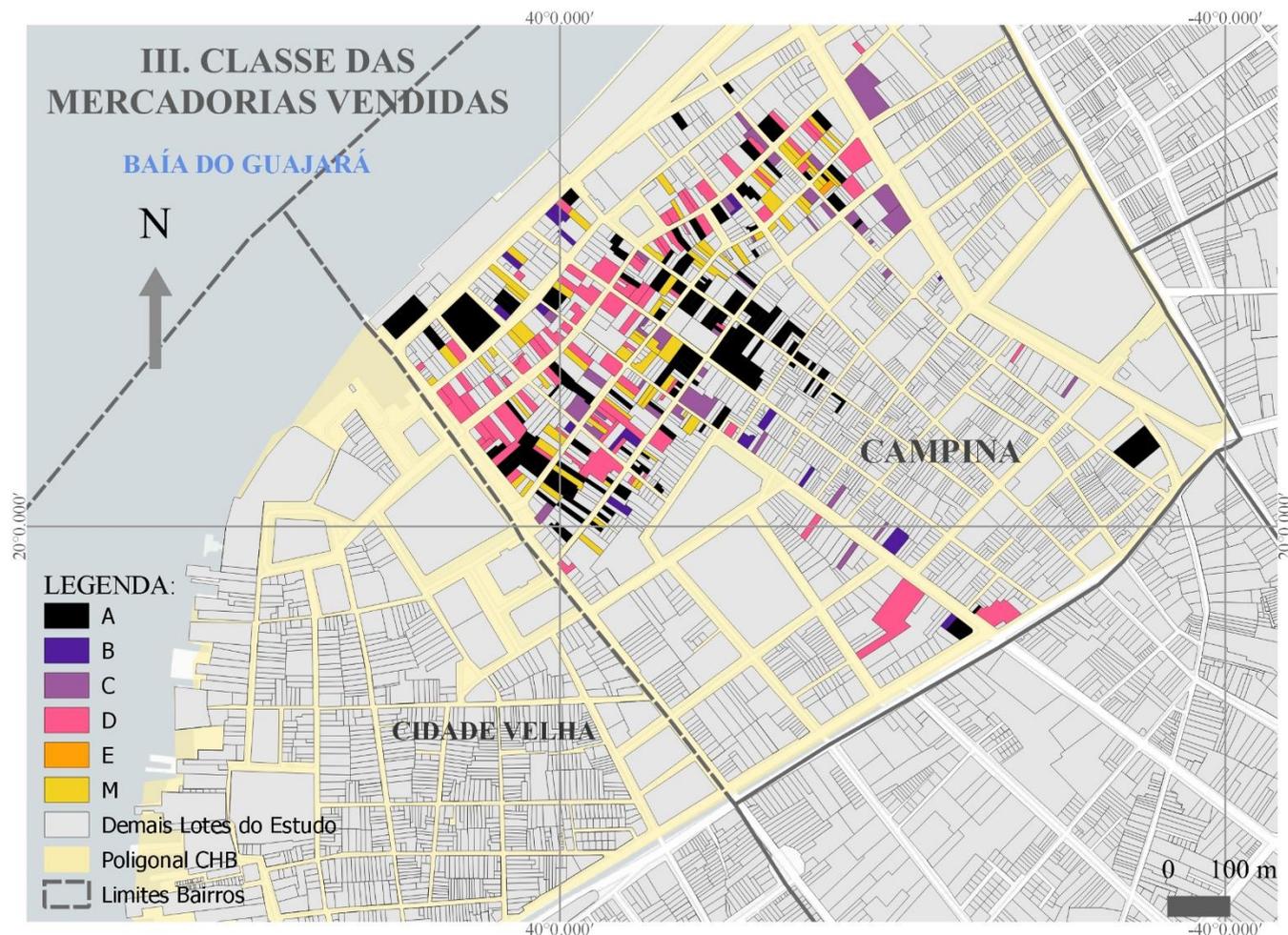
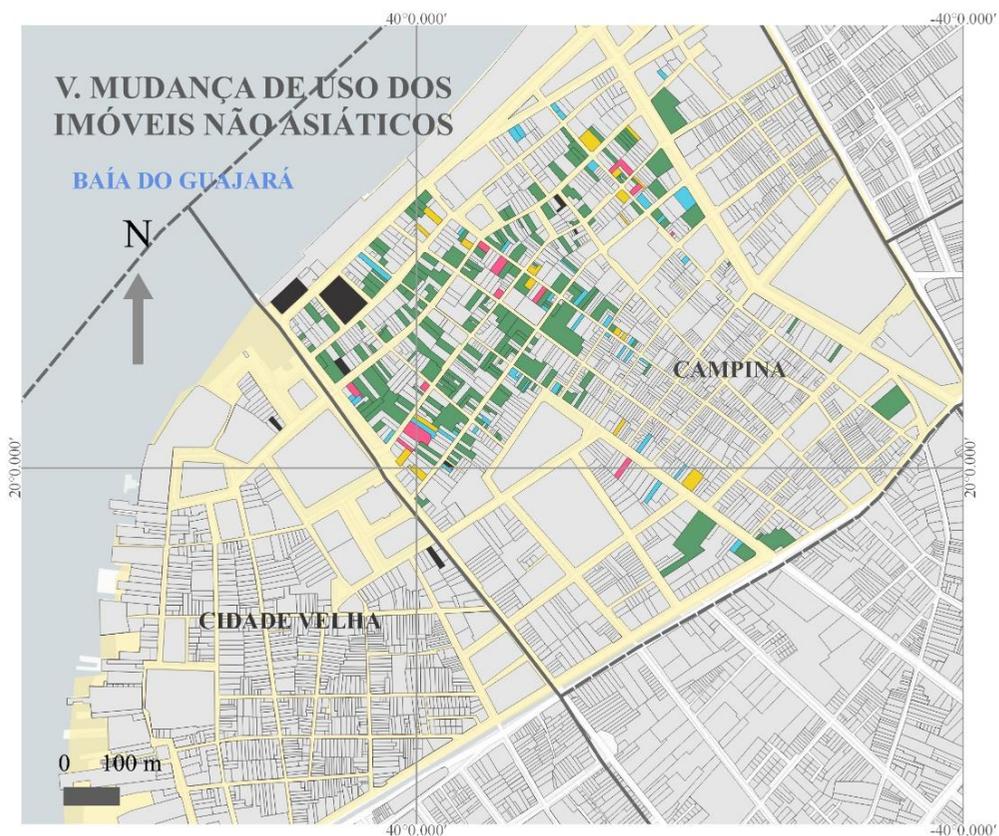
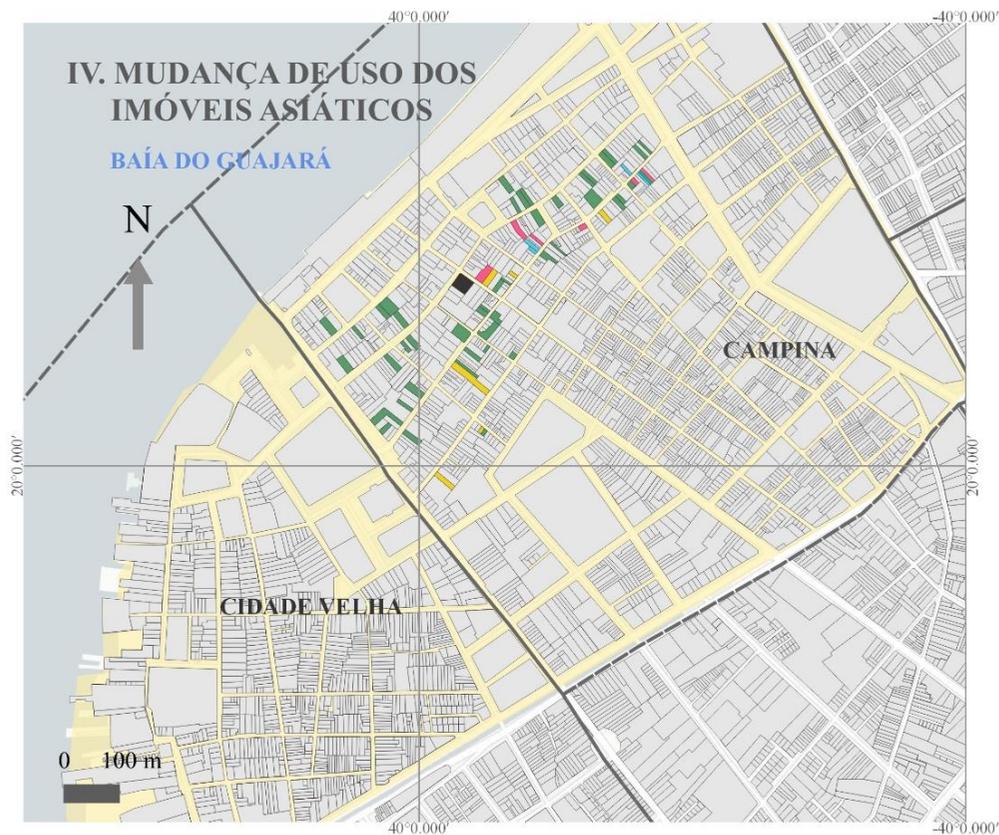


Fig. 6: Ocupação dos Imóveis quanto a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2019.

No que diz respeito ao uso e ocupação do solo do CHB e o comércio asiático, Macedo (2020) comparou o mapa de uso e ocupação do solo do Cadastro Técnico Multifinalitário CTM (1998) fornecido pelo órgão da Prefeitura de Belém denominado CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), com o de unidades imobiliárias atreladas à ocupação asiática e comercialização de produtos asiáticos, produzido pelo Grupo de Pesquisa MICH. Como será visto na figura 7, dos 77 estabelecimentos gerenciados por asiáticos, 59 (76,62%) já eram de uso comercial. Em cinco casos (6,49%) estavam associados à serviço; quatro imóveis (5,20%) eram de uso residencial; sete lojas (9,09%) desempenhavam outros usos e um imóvel (1,30%) era de uso religioso. Não foi possível obter dados apenas sobre um imóvel ocupado pelos asiáticos (1,30%).

Observa-se, ainda na figura 7, que dos imóveis que comercializam mercadorias asiáticas, mas são geridos por brasileiros, 230 estabelecimentos (73,02%) estavam situados em imóveis que já eram de uso comercial; 20 lojas (6,34%) em edifícios anteriormente usados para serviço; 44 estabelecimentos (13,97%) em edifícios que eram de uso residencial e os 16 estabelecimentos restantes (5,08%) eram destinados a outros usos. Não se obteve informação sobre cinco dos estabelecimentos analisados.



LEGENDA

- Manteve o uso comercial
- Mudou do uso serviço p/ comercial
- Mudou do uso residencial p/ comercial
- Mudou do uso religioso p/ comercial
- Mudou de outros usos p/ comercial
- Sem Informação
- Demais Lotes do Estudo
- Poligonal CHB
- Limites Bairros

Fig. 7: Alteração de uso dos imóveis conforme ocupação asiática e comercialização de produtos asiáticos. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2020.

Ao estudar a composição das fachadas dos prédios, Macedo (2020) observa que a ocupação do comércio asiático se manifesta mediante a instalação ostensiva de elementos parasitários, como: placas, letreiros e anúncios publicitários que impedem a visualização do pavimento superior das edificações e prejudicam a leitura do plano marginal.

Conforme retratado a seguir pela figura 8, os letreiros normalmente grafados com cores vibrantes divulgam nomes-fantasia dos estabelecimentos que remetem à conexão entre o Brasil e a cultura asiática e revelam a competição entre estabelecimentos pela atenção do consumidor transeunte. Nas figuras abaixo, nos letreiros são instalados toldos que cobrem o passeio até o limite com o meio-fio, se apropriando do espaço público e, algumas vezes, incorporando a rua como área de exposição privada de mercadorias (MACEDO, 2020).



Fig. 8: Fachadas das edificações ocupadas pela lógica de comercialização asiática. Fonte: Autoras, 2019, adaptado do *Google Street View* e Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiaticos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_d_e_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

Na parte interna do edifício, o leiaute introduzido pela lógica asiática também se configura de forma diferente. No interior, além dos expositores de anéis, observa-se um mobiliário bastante peculiar, como pode ser visto na figura 9, sendo uma espécie de banqueta alta empregada para a fiscalização e controle total da loja, uma versão local do panóptico estudado por Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*, de 1987 (TOURINHO et al., 2019).

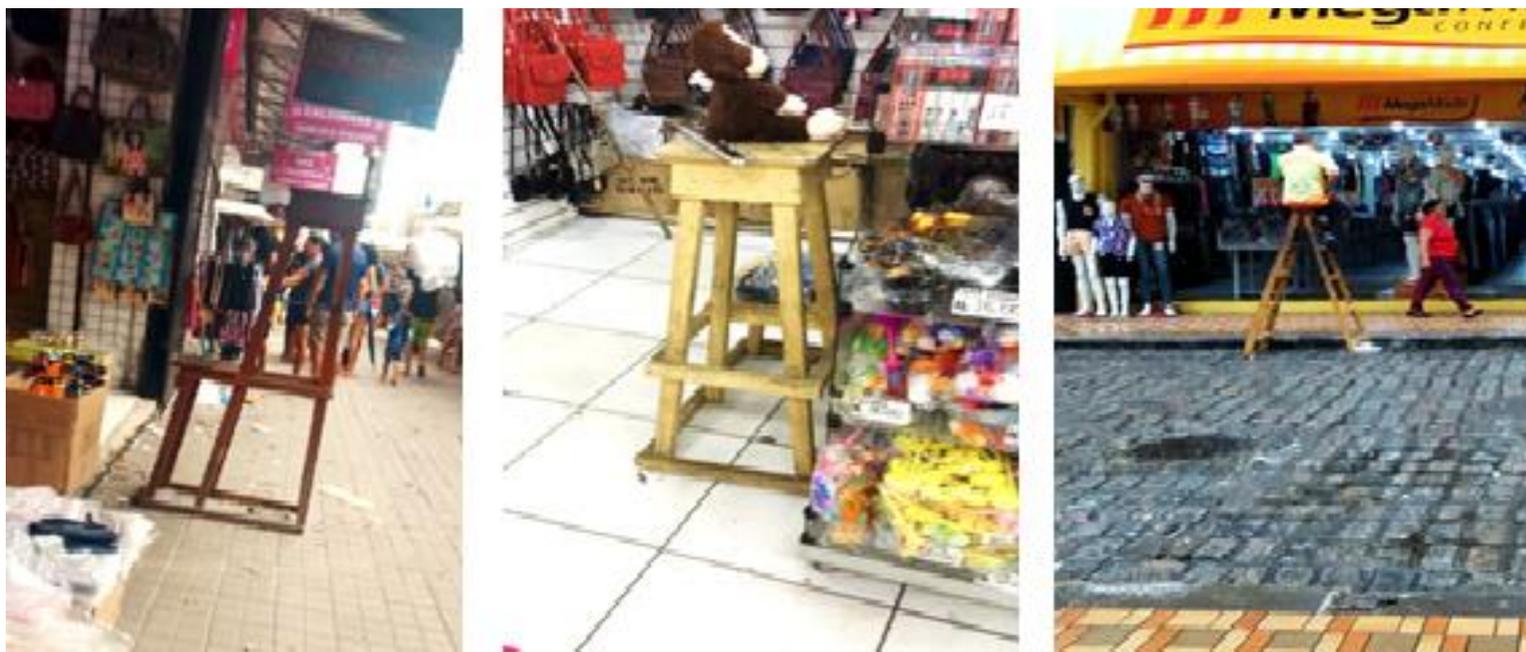


Fig. 9: Ocupação dos Imóveis quanto a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Fonte: Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiaticos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_d_e_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

Nos balcões de atendimento onde funcionam as caixas registradoras ficam expostas miudezas que possuem maior valor agregado e, próximo a elas, os relógios, óculos e outras mercadorias de porte mediano. As paredes laterais servem como mostruário para mochilas, bolsas, cintos e bijuterias. Ao centro, ficam os itens maiores, como: brinquedos, sombrinhas, adornos e itens de utilidades domésticas e, ao fundo da loja, o acesso ao depósito. A figura 10 expõe as três tipologias de leiaute encontradas, evidenciando o cuidado com a proteção contra furto e roubos de mercadorias (TOURINHO et al., 2019).

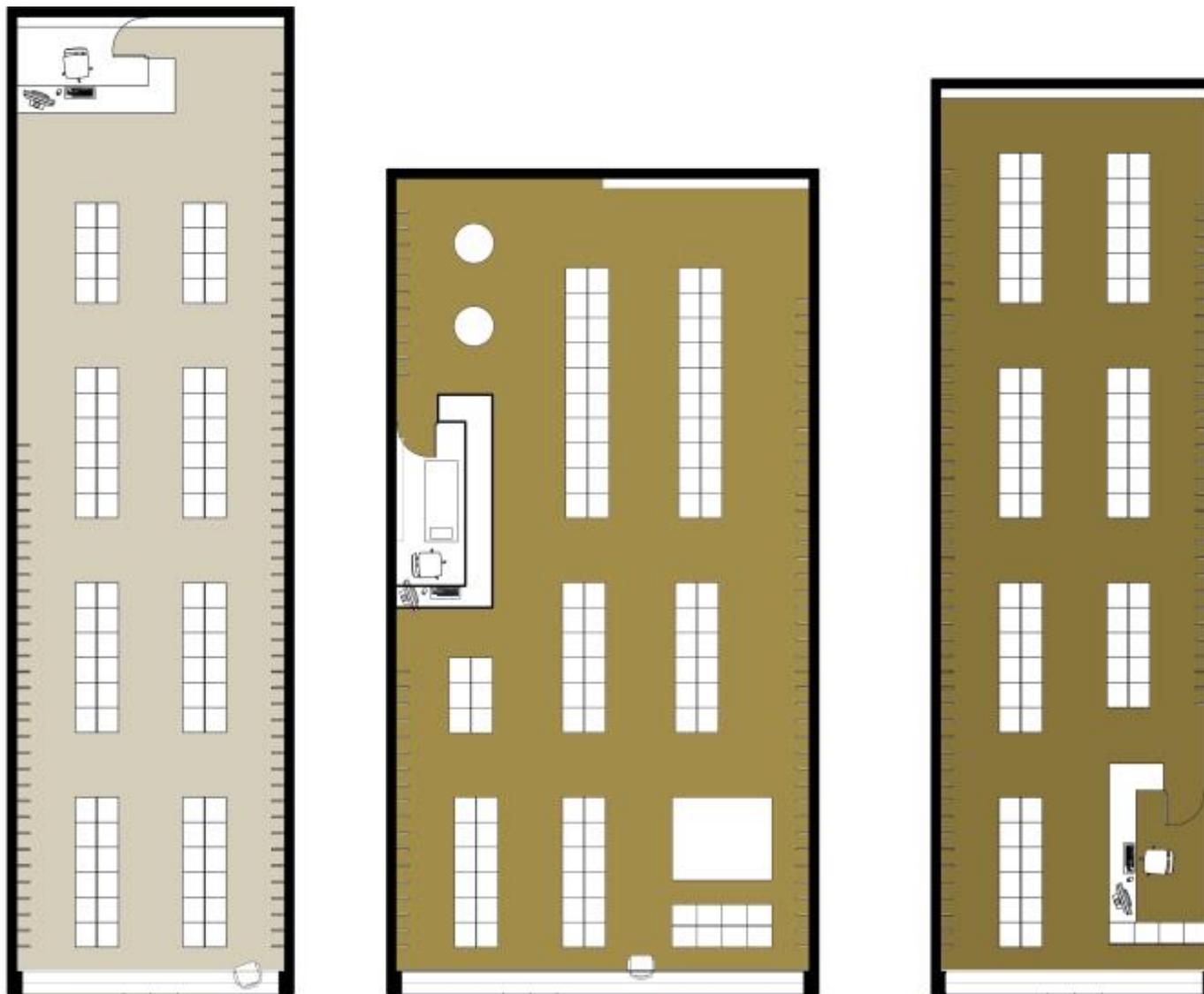


Fig. 10: Tipologias de layout dos estabelecimentos que comercializam produtos populares de procedência asiática e são controlados por imigrantes. Fonte: Tourinho, Lobo, Froes, Cabral, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354842884_os_asiatcos_e_a_ocupacao_dos_imoveis_do_centro_historico_d_e_belem_chb_cultura_e_memoria. Acesso: 04 nov. 2022.

Resta destacar também a intensificação do comércio informal no leito carroçável das vias, mediante a presença de camelôs, que também comercializam mercadorias asiáticas de baixo custo, sendo algumas abastecidas pelos comerciantes que atuam nos imóveis vinculados às atividades comerciais no CHB. Em 2020, a quantidade de barracas de camelôs havia triplicado em relação ao ano de 2006, saltando de 147 para 422. A figura 11, a seguir, exhibe que essa concentração se deu principalmente na Rua Conselheiro João Alfredo, com manchas acentuadas nas proximidades dos cruzamentos com as demais vias adjacentes. Isto, em razão dos três focos identificados nas Travessas 7 de Setembro, Campos Salles e na Rua Barão do Guajará, em que a última, inclusive, apresenta área ‘formalizada’ como espaço de camelôs, com cobertura e estrutura fixa, diferentemente das demais barracas mapeadas (MACEDO, 2020).

Esses mapas denotam que, para além dos espaços privados, o padrão de globalização não hegemônica estudado nesta pesquisa vem reconfigurando as próprias formas e conteúdo das ocupações dos espaços públicos do Centro Histórico de Belém.

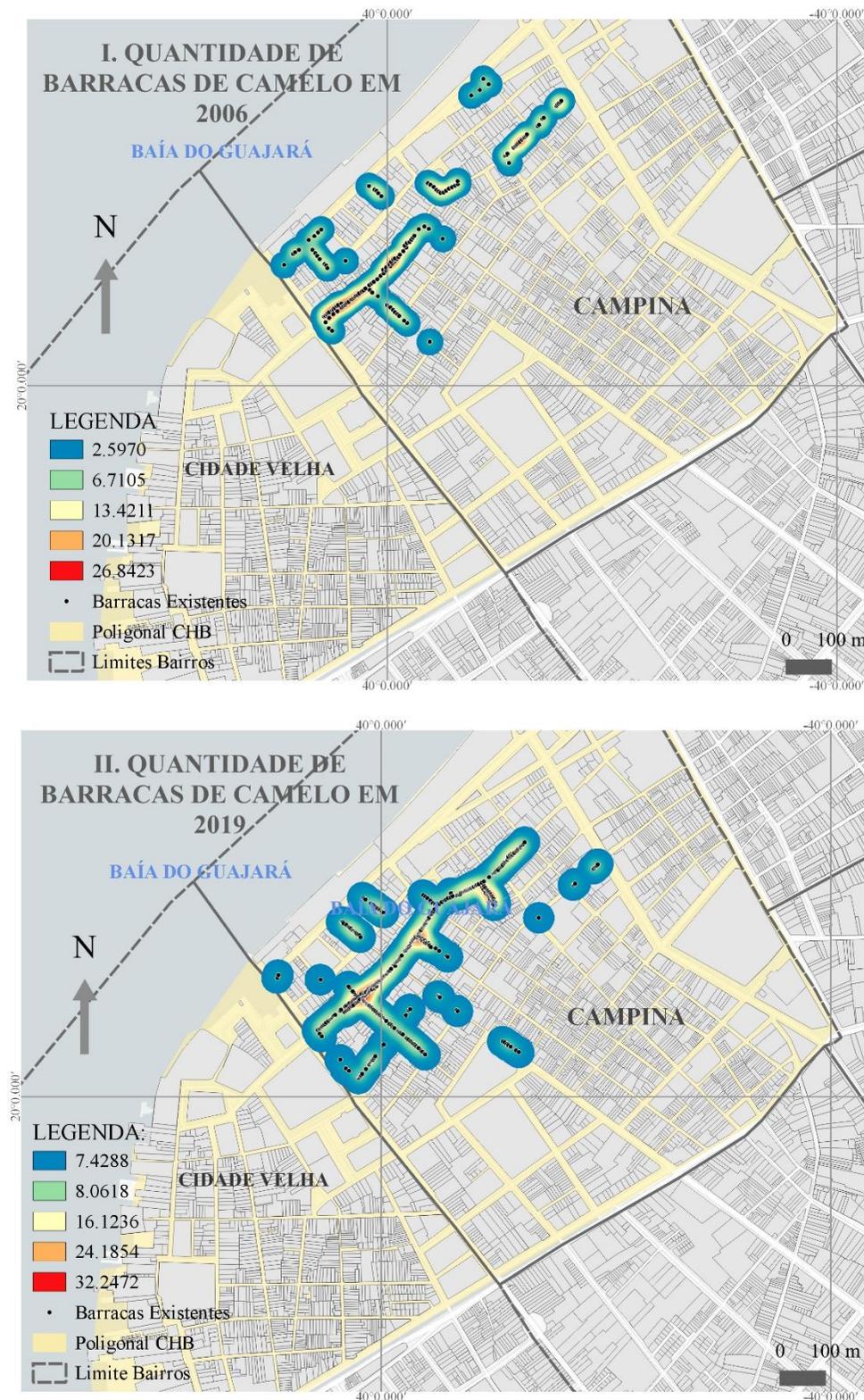


Fig. 11: Uso da rua pelo comércio informal em 2006 e 2019. Fonte: Banco de dados da Pesquisa MICH, Belém, 2020.

4 Considerações finais

A globalização não hegemônica movida pela inserção de capital asiático com seus transmigrantes e estabelecimentos comerciais é um fenômeno constatável em muitas cidades brasileiras, em especial nos seus centros históricos. Entretanto, as suas configurações e consequências socioespaciais ainda são pouco estudadas pela academia. Os dados apresentados sobre a ocupação do Centro Histórico de Belém por estabelecimentos que comercializam produtos e serviços de

procedência asiática revelam a velocidade e a intensidade deste processo. No CHB, o processo foi seletivo e escolheu o bairro da Campina, onde, historicamente, se constituiu a principal centralidade urbana belenense.

O presente estudo mostrou que a inserção do CHB neste tipo de globalização não hegemônica não ocorre apenas mediante a presença direta de transmigrantes asiáticos, mas também articula as redes locais de comerciantes voltadas ao público popular, atuando tanto dentro dos imóveis, como na via pública, nas chamadas barracas de camelôs. De acordo com os levantamentos feitos, verificou-se que é significativa a parcela de estabelecimentos comerciais locais sem condições de competir com os preços praticados pelos asiáticos, e que muitos se renderam às suas práticas e lógicas e passaram a comercializar produtos por eles negociados, inserindo-se na rede.

Assim, a resistência local se sustenta: i. pelas demandas dos consumidores populares locais em adquirir produtos de baixo valor agregado, mas semelhantes aos consumidos pela elite; ii. por movimentos dos comerciantes locais para ascender ao fluxo de capital similar ao desenvolvido pela globalização hegemônica; e iii. pela manutenção do CHB enquanto local que comercializa bens e serviços voltados ao atendimento de necessidades das classes médias e de menor renda. Compreende-se, portanto, que essas estratégias se contrapõem tanto à exclusão popular do consumidor e do vendedor local quanto ao desfrute de mercadorias e serviços sofisticados associados ao capital proveniente da globalização hegemônica.

Ao se disseminar no espaço do CHB o comércio popular de mercadorias procedentes de países asiáticos, está se redefinindo a divisão social do espaço neste centro. Apesar de não promover mudança expressiva no tipo de uso dos imóveis, altera a sua natureza de uso, incluindo o CHB no circuito da globalização não hegemônica e alterando a organização interna.

Quanto à organização e distribuição espacial das atividades, verifica-se a conformação de uma estrutura em corredor, onde, na principal via, se localizam os estabelecimentos gerenciados por asiáticos, em torno dos quais gravitam os estabelecimentos gerenciados por não asiáticos. Além disso, mudanças foram observadas na forma e no conteúdo do uso do espaço público dessas vias, que passaram a ser espaços de venda de produtos asiáticos populares, comercializados em barracas de camelôs que se expandem de forma linear, principalmente na Rua João Alfredo, uma das vias com maior aglomeração de estabelecimentos asiáticos no CHB.

Em termos de forma arquitetônica, este estudo mostrou que as transformações mais expressivas têm acontecido no espaço interno dos edifícios, mediante a abertura de vãos e/ou adição de paredes e nas fachadas, por meio da colocação de elementos que ocultam a degradação física do edifício e impedem a leitura do plano marginal e da paisagem urbana. As intervenções físicas tímidas nos edifícios também podem ser explicadas pelo fato dos agentes atrelados às atividades comerciais da globalização não hegemônica buscarem evitar o enfrentamento com órgãos de fiscalização e de preservação do patrimônio.

O receio quanto às cobranças acerca da licitude e da legalidade das atividades praticadas e dos artefatos comercializados, que podem ser suscitados pelos processos de fiscalização edilícia, e a necessidade de grandes investimentos para as reformas prediais, o que pode diminuir as margens de lucro, podem auxiliar a compreender melhor essa conduta.

Entende-se, portanto, que se configura uma arquitetura contra hegemônica alijada dos princípios da conservação, em que os imóveis, ao comportarem usos comerciais estruturados na lógica do comércio de globalização não hegemônica, se afastam ao mesmo tempo em que se aproximam dos interesses populares. Vale ressaltar que, sem estes usos, os edifícios do CHB, sobretudo da Campina, poderiam estar vazios, subutilizados e/ou submetidos a pressões ainda maiores de especuladores imobiliários que, historicamente, buscam a derrubada de leis que garantam a proibição da destruição integral do capital fixo do passado para viabilizar a produção de imóveis novos.

Por fim, vale destacar que, por existir poucas modificações na forma urbana e nos usos do solo, não significa que os conteúdos espaciais e os aspectos imateriais que fazem parte da ambiência do CHB não sejam substancialmente alterados. Essa mudança pode estar contribuindo, de um lado, para a redução da ociosidade imobiliária no CHB, mas, de outro, para

a descaracterização do patrimônio material ou perda do patrimônio imaterial do centro, onde, até então, se encontrava impressa grande parte da história da ocupação urbana da Amazônia. Estas questões suscitadas, entretanto, ainda precisam ser aprofundadas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – PROSUP PROCESSO Nº 88882-507993/2020-01.

Referências

APPADURAI, A. **The social life of things: commodities in cultural perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades: III. Agentes urbanos y mercado inmobiliario**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

GOTTDIENER, M.; BUDD, L.; LEHTOVUORI, P. **Key Concepts in Urban Studies**, 2nd ed. 2016.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **etc..., espaço, tempo e crítica**. v. 1, n. 2(4), 15 de ago. 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LACERDA, N.; TOURINHO, H. L. Z.; LÔBO, M.; VENÂNCIO, M. W. C. Dinâmica do mercado imobiliário nos centros históricos em tempos de globalização: os casos do Recife, Belém e São Luís (Brasil). **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 443-469, mai./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2018-4207/26367>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LIMA, D. B. O. **A percepção dos agentes do mercado imobiliário sobre a preservação e a legislação do Centro Histórico de Belém**. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2015.

MACEDO, A. B. F. **Made in Asia: Comércio asiático e morfologia urbana no Centro Histórico de Belém (PA)**. 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fcrK3bjlR94BJFmfe-6o468Yx3ysZOMs/view>. Acesso em: 26 maio 2021.

MASSEY, D. S.; ALARCON, R.; DURAND, J.; GONZÁLES, H. **Return to Aztlan: The social process of international migration from western Mexico**. Univ of California Press, 1990.

MERCÊS, S. S. S.; TOURINHO, H. L. Z.; LOBO, M. A. A. Locação social no Centro Histórico de Belém: investigação introdutória. **Caderno Crh**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 299-311, jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Millennium Development Goals Report 2015**. Nova Iorque: ONU, 2015.

RIBEIRO, G. L. Economic globalization from below. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 233-249, 2006.

RIBEIRO, G. L. Non-hegemonic globalizations: Alter-native transnational processes and agents. **Anthropological Theory**, v. 9, n. 3, p. 297-329, 2009.

RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 21-38, 2010.

RIBEIRO, G. L. Antropología de la globalización: circulación de personas, mercancías e informaciones. **Cuaderno urbano**, v. 10, n. 10, p. 159-186, 2011.

RUFINO, M. B. C. Financeirização do imobiliário e transformações na produção do espaço. **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**, p. 213-240, 2017.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002a.

SANTOS, B. S. (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?**. Porto: Afrontamento, 2002b.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, Washington, v. 68, 1, p. 48-63, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3317464>. Acesso em: 5 abr. 2019.

SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**. v. 34, n. 3 p. 427-450, 2002.

TOURINHO, A. O. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. **Cidade: impasses e perspectivas**, v. 2, São Paulo: Annablume, 2007.

TOURINHO, H. L. Z.; LÔBO, M.; FROES, N.; CABRAL, D. Os asiáticos e a ocupação dos imóveis do Centro Histórico de Belém (CHB). In: Congresso Brasileiro de Arquitetos, 21., 2019, Porto Alegre. **Anais do Congresso Brasileiro de Arquitetos**. Porto Alegre: 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 73-103, 2006.

VILLAÇA, F. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WYLY, E. K.; HAMMEL, D. J. Mapping neo-liberal American urbanism. **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. London. New York: Routledge, p. 1839, 2005.